



DEMONSTRAÇÕES
2021
CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021
e
Relatório de Auditoria Independente

FUNARBE
Fundação Arthur Bernardes



BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Valores em reais)

ATIVO

ATIVO	Notas explicativas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	(4)		
Caixa e bancos		844.893	120.406
Aplicações financeiras		68.541.844	68.423.982
		69.386.738	68.544.388
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	(4)		
Aplicações financeiras		175.201.228	85.375.207
		175.201.228	85.375.207
Total de Caixa e Equivalente de Caixa		244.587.966	153.919.595
Créditos e estoques (sem restrição)			
Cientes	(5)	5.777.096	5.405.379
Outros créditos a receber	(6)	31.483	29.649
Adiantamentos	(7)	2.243.567	189.112
Adiantamentos para projetos	(8)	862.625	666.762
Créditos tributários	(9)	216.809	199.955
Despesas antecipadas	(10)	65.281	62.348
Estoques	(11)	6.968.886	4.497.580
		16.165.748	11.050.785
Total do ativo circulante		260.753.713	164.970.380
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo (sem restrição)			
Créditos tributários	(9)	99.491	132.108
Depósito judicial	(12)	-	5.801
Participação societária	(13)	36.368	34.981
Imóveis	(14)	95.447	95.447
Fundo de investimentos	(15)	1.215.000	510.000
		1.446.306	778.338
Imobilizado	(16)		
Bens móveis (sem restrição)		9.144.496	8.693.028
Depreciação acumulada (sem restrição)		(5.451.487)	(4.712.581)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (sem restrição)		30.328.971	25.055.622
Amortização acumulada (sem restrição)		(3.407.979)	(2.962.276)
		30.614.001	26.073.792
Intangível (sem restrição)	(17)		
Direito de uso de software		85.174	71.178
Amortização acumulada		(30.262)	(16.804)
		54.912	54.374
Total do ativo não circulante		32.115.220	26.906.504
Total do ativo		292.868.933	191.876.884

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM**

(Valores em reais)

PASSIVO

PASSIVO	Notas explicativas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Fornecedores (sem restrição)	(18)	5.139.963	4.842.305
Obrigações tributárias e previdenciárias (sem restrição)	(19)	1.112.567	1.112.355
Salários e obrigações (sem restrição)	(20)	642.696	661.266
Férias e décimo terceiro (sem restrição)	(21)	1.648.212	1.477.959
Contratos a executar (sem restrição)	(22)	15.546.184	16.763.385
Convênios a executar (com restrição)	(22)	175.241.905	85.508.412
Glosas de prestação de contas (sem restrição)	(23)	572.580	1.045.141
Apoio do desenvolvimento acadêmico (sem restrição)	(24)	1.012.425	-
Provisão convênios e projetos (sem restrição)	(25)	208.659	-
Provisão projeto financiar (sem restrição)	(25)	557.332	-
Rompimento representantes comerciais (sem restrição)	(26)	287.440	316.145
Comissões a representantes comerciais (sem restrição)	(27)	180.721	271.778
Demais obrigações (sem restrição)	(28)	1.767.126	478.131
Total do passivo circulante		203.917.811	112.476.876
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo (sem restrição)		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	(30)		
Patrimônio social	(30.1)	74.137.584	54.129.697
Reservas para investimentos	(30.2)	1.785.000	2.490.000
Reservas de contingência	(30.3)	-	16.786.396
Fundo de apoio acadêmico	(30.4)	-	378.615
Fundo de reservas para imprevistos	(30.5)	2.904.283	3.086.077
Superávit do exercício	(30.6)	10.124.255	2.529.222
Total do patrimônio social líquido		88.951.122	79.400.008
Total do passivo e patrimônio líquido		292.868.933	191.876.884

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM
(Valores em reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
	explicativas		Reclassificado
RECEITAS		95.640.806	79.293.528
Receita bruta com gestão de projetos (sem restrição)	(31)	7.984.722	5.283.140
Receita bruta de venda de produtos (sem restrição)	(31)	47.146.297	36.683.602
Receita bruta de venda de mercadorias (sem restrição)	(31)	40.509.787	37.326.786
Deduções da receita (sem restrição)	(32)	(8.728.905)	(6.928.226)
RECEITA LÍQUIDA		86.911.901	72.365.301
Custo dos produtos vendidos (sem restrição)	(33)	(28.051.034)	(24.037.349)
Custo das mercadorias vendidas (sem restrição)	(33)	(31.356.291)	(29.038.030)
SUPERÁVIT BRUTO		27.504.576	19.289.922
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (SEM RESTRIÇÃO)			
Despesas de pessoal	(34)	(13.426.484)	(12.824.629)
Despesas administrativas	(35)	(4.796.269)	(3.480.838)
Despesas operacionais	(36)	(491.793)	(437.374)
Outras despesas operacionais	(37)	(1.335.817)	(598.402)
Sustentabilidade	(38)	(219.476)	(103.122)
Outras receitas operacionais	(39)	1.731.335	1.339.379
Depreciações e amortizações	(40)	(1.355.484)	(1.344.453)
Alienação do permanente	(41)	-	(23.013)
Receita com trabalho voluntário	(42)	151.255	145.252
Despesa com trabalho voluntário	(42)	(151.255)	(145.252)
		-	-
Receitas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	97.811.670	81.213.196
Despesas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	(97.811.670)	(81.213.196)
		-	-
		(19.893.987)	(17.472.451)
SUPERÁVIT ANTES DAS OP. FINANCEIRAS		7.610.589	1.817.470
Aplicações financeiras (sem restrição)	(43)	2.513.666	711.752
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		10.124.255	2.529.222

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM
(Valores em reais)

Composição	Patrimônio Social	Reserva p/ investimentos	Reserva p/ contingências	Fundo p/ desenvolvimento acadêmico	Fundo p/ imprevistos	Superávit (Deficit)	Total
Saldo em 31.12.2019	50.847.627,41	2.880.000	14.986.396	331.000	-	2.892.071	71.937.094
Incorporação ao patrimônio	2.892.071	-	-	-	-	(2.892.071)	-
Realização reserva de investimentos	390.000	(390.000)	-	-	-	-	-
Aumento reserva de contingência	-	-	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Aumento fundo acadêmico	-	-	-	363.623	-	-	363.623
Realização fundo acadêmico	-	-	-	(316.008)	-	-	(316.008)
Constituição fundo para imprevistos	-	-	-	-	3.220.951	-	3.220.951
Realização fundo para imprevistos	-	-	-	-	(134.874)	-	(134.874)
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	2.529.222	2.529.222
Saldo em 31.12.2020	54.129.698	2.490.000	16.786.396	378.615	3.086.077	2.529.222	79.400.008
Incorporação ao patrimônio	2.529.222	-	-	-	-	(2.529.222)	-
Realização reservas de investimentos	705.000	(705.000)	-	-	-	-	-
Reserva de contingências	-	-	(16.786.396)	-	-	-	(16.786.396)
Readequação reserva de contingências	16.773.665	-	-	-	-	-	16.773.665
Realização fundo acadêmico	-	-	-	(378.615)	-	-	(378.615)
Constituição fundo para imprevistos	-	-	-	-	157.056	-	157.056
Realização fundo para imprevistos	-	-	-	-	(338.850)	-	(338.850)
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	10.124.255	10.124.255
Saldo em 31.12.2021	74.137.584	1.785.000	-	-	2.904.283	10.124.255	88.951.122

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM**

(Valores em reais)

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS	95.776.272	79.523.120
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	95.640.806	79.293.528
Outras receitas	200.354	309.904
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(64.888)	(80.312)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	62.959.576	54.097.966
Matérias-primas consumidas	20.600.509	17.658.361
Custos das mercadorias e serviços	30.303.910	28.102.351
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	11.257.400	7.993.015
Perdas/recuperação de valores ativos	797.757	344.240
VALOR ADICIONADO BRUTO	32.816.697	25.425.154
RETENÇÕES	1.309.884	1.344.453
Depreciação e amortização	1.309.884	1.344.453
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	31.506.811	24.080.700
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.513.666	711.752
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	34.020.477	24.792.452
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	34.020.477	24.792.452
Pessoal e encargos	15.819.829	15.799.838
Impostos, taxas e contribuições	8.076.393	6.463.392
Superávit do exercício	10.124.255	2.529.222

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) MÉTODO INDIRETO EM

(Valores em reais)

	31.12.2021	31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	10.124.255	2.529.222
Crédito para liquidação duvidosa	15.143	184.364,76
Aumento reserva de contingência	-	1.800.000
Aumento fundo acadêmico	(378.615)	47.615
Constituição fundo para imprevistos	(181.794)	3.086.077
Provisões	2.148.831	(3.945.387)
Depreciação e amortização	1.309.884	1.335.437
Baixas do ativo permanente	168.062	332.578
Reclafissicação	101.772	-
Estorno de depreciação	(111.818)	(246.385)
Intangível	(538)	(39.259)
Subtotal	13.195.181	5.084.263
REDUÇÃO (AUMENTO) ATIVOS OPERACIONAIS	(5.091.687)	(537.297)
Contas a receber	(388.694)	(241.843)
Estoques	(2.471.306)	(70.416)
Adiantamentos	(2.054.455)	149.622
Convênios	(195.863)	(362.524)
Outros ativos circulantes	(19.787)	(25.311)
Impostos a recuperar LP	38.418	13.176
AUMENTO/(REDUÇÃO) PASSIVOS OPERACIONAIS	763.618	726.825
Fornecedores	297.658	821.144
Salários e gratificações	(18.569)	8.425
Obrigações tributárias e previdenciárias	212	(34.268)
Outras obrigações	484.317	(68.475)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	8.867.112	5.273.791
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em fundos	(706.387)	(391.149)
Adições ao imobilizado	(6.008.647)	(1.224.868)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.715.035)	(1.616.018)
ATIVIDADES DE GESTÃO DE CONVÊNIOS		
Gestão de acordos, contratos e parcerias	(1.217.201)	551.787
Gestão de convênios e projetos	89.733.493	(1.304.340)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	88.516.292	(752.553)
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	90.668.370	2.905.220
Caixa e equivalente de caixa (final do exercício)	244.587.966	153.919.595
Caixa e equivalente de caixa (abertura do exercício)	153.919.595	151.014.374
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	90.668.370	2.905.220

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.**

(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, está regularmente credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, cuja atividade está regulamentada pela Lei nº 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423/2010. A Fundação tem sua atividade enquadrada no terceiro setor e foi instituída pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de forma pública, em cartório apropriado, como Fundação de direito privado sem fins lucrativos, com os objetivos de cunho educacional e de desenvolvimento social, econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. Ocupa-se da gestão de recursos oriundos de contratos, convênios e prestação de serviços de consultoria para viabilizar o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFV e de instituições afins; além da atuação nas atividades sociais da UFV por meio da administração do Supermercado Escola e escoando o excedente da produção do Laticínio Escola com os produtos da marca "Viçosa".

A Funarbe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, no Edifício Sede, S/N, bairro *Campus* Universitário da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No cumprimento de suas finalidades estatutárias, a Fundação poderá firmar contratos, convênios, acordos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

São órgãos da Administração da Fundação Arthur Bernardes:

- I) Conselho Curador
- II) Conselho Fiscal
- III) Diretoria Executiva
- IV) Superintendência

Os integrantes dos Conselhos e membros da Diretoria Executiva não recebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma.

O superávit gerado pela Fundação, seja qual for sua natureza, independente da fonte, será aplicado integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, a qualquer título.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**

Na elaboração das Demonstrações Contábeis adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- I) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa 3.3);
- II) Vida útil dos bens do Ativo Imobilizado (nota explicativa 3.8);
- III) Provisões e Contingências (nota explicativa 3.12).

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do ano de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6. Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.7. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

2.8. CONTEXTO E AÇÕES EM FUNÇÃO DA COVID-19 (Coronavírus)

No mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia naquele momento, em função da disseminação rápida do coronavírus, a pandemia da COVID-19. A partir daquela data, a Fundação passou a monitorar atentamente as informações acerca das incertezas provocadas pela pandemia, assim como as reações de mercado e os efeitos econômicos provocados pela doença.

A partir da confirmação dos primeiros casos de COVID-19 registrados no Brasil, a Fundação criou uma comissão interna de prevenção e adotou protocolos sanitários levando em consideração as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nas unidades da Funarbe, foram estabelecidos pontos de desinfecção com álcool líquido e em gel, distribuição de mascarás, realização de testes laboratoriais e revisão das regras de limpezas.

Como forma de reduzir os efeitos da pandemia e assegurar a saúde de seus colaboradores, foi implementado o trabalho em home office para parte dos colaboradores, afastamento de profissionais do grupo de risco e a adoção de medidas com o intuito de diminuir a exposição dos colaboradores ao vírus.

Em razão dos efeitos do Coronavírus nas atividades da Fundação, medidas com o objetivo de mitigar os impactos no resultado foram tomadas, dentre as quais se destacam:

- i) Medidas de forma a manter a eficiência na prestação dos serviços, incluindo a utilização de recursos tecnológicos para oferecer suporte aos milhares de projetos de pesquisas gerenciados pela Fundação, visando a continuidade das pesquisas.
- ii) Ações no sentido de manter a sólida posição de caixa para enfrentar as incertezas, sem a necessidade de alterar o planejamento de médio e longo prazo.
- iii) Por fim, a Fundação promoveu mudanças estruturais e revisou as projeções de receitas e despesas para o exercício.

Neste cenário desafiador imposto pela COVID-19, a Direção intensificou às análises dos eventos econômicos e financeiros relacionados às atividades da Fundação. Diante das previsões para a economia brasileira e global, medidas de contenção de gastos e reestruturação interna foram iniciadas e estão em andamento e certamente tais medidas têm mitigado os impactos da pandemia no resultado.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços ou vendas de produtos e mercadorias, inclusive no cartão de crédito. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da



época. A Fundação não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias:

- I) Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- II) Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Fundação compreendem as aplicações financeiras.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques



Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sem o ICMS, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 e são compostos por mercadorias para revenda, por produtos acabados, por insumos a serem utilizados no processo produtivo, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.7. Propriedades para Investimentos

Propriedades (salas comerciais) mantidas pela Fundação para auferir aluguel, para valorização do capital ou para ambas. Estão classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, podendo ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo Método do Custo ou pelo Método do Valor Justo, conforme NBC TG 28 (R4). Poderiam sofrer atualizações constantes, porém como o indexador é a Taxa Referencial (TR), o impacto seria irrelevante.

3.8. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 16 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível.

3.10. Recursos de Projetos

As entradas dos recursos destinados à execução dos projetos são registradas em contas específicas do ativo, passivo e de resultado, as saídas são registradas em contas individuais de despesas, não existindo qualquer variação de valores no resultado da demonstração do superávit/déficit da Fundação.

3.11. Férias e Décimo Terceiro

São passivos derivados de apropriações por competência. Em obediência às normas contábeis e por questões de planejamento financeiro, a fundação apropria recursos mensalmente para fins de liquidação de despesas futuras.

3.12. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Fundação. As provisões são atualizadas periodicamente.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.14. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência). No caso dos projetos, para atendimento ao regime de competência, as receitas são apropriadas na mesma proporção da execução financeira dos projetos.

3.16. Políticas Contábeis e mudança de estimativa

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Fundação adota contabilização e apresentação de forma segregada de contas decorrentes de recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos, tanto para contas patrimoniais quanto de resultados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São basicamente aplicações financeiras de curto e médio prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e Banco	844.893	120.406
Caixa	64.855	59.165
Banco com Movimentos	780.038	61.241
Aplicações Financeiras	68.541.844	68.423.982
Banco do Brasil	28.065.631	30.674.689
Caixa Econômica Federal	5.905.201	5.832.434
Banco Itaú S.A	28.071	27.403
Banco Mercantil S.A	798	785
UFV – Credi	1.302.555	849.940
BTG Pactual S.A.	27.010.632	25.266.286
XP Investimentos S.A.	5.483.290	5.070.097
Caderneta de Poupança		
Caixa Econômica Federal	745.667	702.348
Contas Vinculadas	175.201.228	85.375.207
Aplicações Financeiras de Convênios	175.201.228	85.375.207
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	244.587.966	153.919.595

5. CLIENTES

Os valores a receber estão representados basicamente pela venda de produtos do Laticínio e pela venda a prazo no Supermercado Escola, para os funcionários da Universidade Federal de Viçosa-UFV e da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe.

A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada mensalmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

As contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como perdas estimada de difícil liquidação representando, em 2021, o montante acumulado de 326.770 (311.626 em 2020).

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Supermercado Escola	3.613.693	3.504.237
Clientes a Receber	3.734.314	3.602.098
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(120.622)	(97.861)
Laticínio Escola	2.163.403	1.901.142
Clientes a Receber	2.369.552	2.114.908
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(206.148)	(213.765)
Total de Clientes a Receber	5.777.096	5.405.379

6. OUTROS CRÉDITOS

São devoluções, pelo banco sacado, de cheque recebido em pagamento (de duplicata, de venda à vista ou de qualquer outra transação), não cabendo estorno do lançamento original que registrou o pagamento, uma vez que a transação em si não foi desfeita.

7. ADIANTAMENTOS

São valores adiantados a colaboradores que viagem a serviço da instituição e adiantamentos para suprimentos de fundos (pequenas despesas).

8. ADIANTAMENTOS A PROJETOS

A Fundação registra os adiantamentos concedidos a projetos a fim de acobertar gastos necessários à execução da pesquisa, sem que haja prejuízos aos pesquisadores, financiadores e gestora.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A legislação mineira de ICMS permite que haja compensação do imposto, isto é, garante ao sujeito passivo ou àquele que recebe as mercadorias ou produtos o direito de se creditar do imposto que foi anteriormente cobrado em operações envolvendo a entrada de mercadorias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

São despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Plano de Saúde	647	617
Seguros dos Dirigentes	33.015	38.339
Seguros de Veículos	21.082	17.641
Seguro Prédial	9.857	5.483
Vale Transporte	680	268
Total:	65.281	62.348

**11. ESTOQUE**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas.

12. DEPÓSITO JUDICIAL

Correspondem a valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito tributário. Os depósitos judiciais são corrigidos, na sua maioria, pela taxa referencial (TR), dependendo da natureza jurídica. Ao fim do exercício, não havia depósitos em juízo.

13. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Participações em cooperativas de créditos. É a representação percentual ou em valor do direito correspondente a investimentos financeiros.

14. IMÓVEIS

A Fundação registra nesta conta o valor das salas comerciais de sua propriedade, localizadas no centro da cidade de Viçosa. Os imóveis não sofreram, desde sua aquisição, nenhum ajuste do seu valor patrimonial para o preço de mercado.

15. FUNDO DE INVESTIMENTOS

Fundo formado pela união de várias fundações e empresas. A FUNDEPAR Investimentos, na condição de gestora do SEED4SCIENCE, seleciona e investe capital somente em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. O Fundo então se torna sócio da empresa investida, apoiando sua estruturação e crescimento.

16. IMOBILIZADO

É registrado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções.

A Funarbe optou por não reavaliar os ativos imobilizados, permanecendo com adoção das taxas fiscais para fins de depreciação.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens. A sua configuração é a seguinte:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (em reais).

	31.12.2020				31.12.2021			
	Taxa %	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Reclassificação Contábil	Depreciação e Amortização	Baixa de Depreciação e Amortização	Valor Residual Líquido
Máquinas e Equipamentos								
Administração de Projetos	10%	14.166	32.500	-	-	(4.373)	-	42.293
Laticínio Escola	10%	2.289.791	208.332	(66.675)	-	(414.004)	37.952	2.055.396
Supermercado Escola	10%	518.114	85.469	(82.100)	-	(99.076)	57.307	479.714
Móveis e Utensílios								
Administração de Projetos	10%	161.478	18.267	(15.988)	-	(36.401)	13.318	140.675
Laticínio Escola	10%	149.984	19.616	-	-	(23.194)	-	146.406
Supermercado Escola	10%	255.919	12.526	(1.439)	-	(35.717)	1.382	232.670
Veículos								
Administração de Projetos	20%	101.895	78.952	-	-	(48.036)	-	132.811
Laticínio Escola	20%	122.603	102.969	-	-	(50.370)	-	175.202
Supermercado Escola	20%	129.911	-	-	-	(34.743)	-	95.169
Tecnologia Informática								
Administração de Projetos	20%	133.755	17.448	(1.859)	-	(62.874)	1.859	88.329
Laticínio Escola	20%	47.786	11.483	-	-	(21.787)	-	37.482
Supermercado Escola	20%	55.045	31.968	-	-	(20.149)	-	66.864
Benfeitorias Imóveis								
Administração de Projetos	5%	342.239	276.277	-	-	(21.336)	-	597.181
Laticínio Escola	5%	18.460.037	80.206	-	-	(328.948)	-	18.211.295
Supermercado Escola	5%	3.189.298	5.018.637	-	-	(95.418)	-	8.112.517
Reforma - Prédio Supermercado	-	101.772	-	-	101.772	-	-	-
Total Imobilizado		26.073.792	5.994.651	(168.062)	101.772	(1.296.427)	111.818	30.614.001

17. INTANGÍVEL

A Fundação mantém escriturado no intangível os direitos de utilização de *softwares*. São ativos sem existência física.

	31.12.2020					31.12.2021		
	Taxa %	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Reclassificação Contábil	Depreciação e Amortização	Baixa de Depreciação e Amortização	Valor Residual Líquido
Intangível								
Administração de Projetos	20%	4.298	13.996	-		(1.517)	-	16.777
Laticínio Escola	20%	3.642	-	-		(1.141)	-	2.501
Supermercado Escola	20%	46.434	-	-	-	(10.800)	-	35.635
Total Intangível		54.374	13.996	-	-	(13.458)	-	54.912

18. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

A Fundação mantém registrado em contas próprias as suas obrigações. Esta rubrica representa a retenção de impostos e contribuições de terceiros sobre os pagamentos realizados, a serem posteriormente recolhidos.

20. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES

A Fundação apresenta de forma segregada as suas contas contábeis em que se registra as despesas inerentes aos colaboradores alocados nas três unidades da Funarbe, bem como eventuais contratações realizadas para atender projetos de pesquisa.

21. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO

São estimativas de gastos com o período aquisitivo dos colaboradores. Trata-se de débito mensal para custear direitos adquiridos, incluindo pagamento de encargos.

É realizada em obediência ao princípio da competência contábil. A baixa, ou seja, seu desembolso, ocorre no decorrer do ano.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Férias	1.648.212	1.477.959
Décimo Terceiro	-	-
Total:	1.648.212	1.477.959

22. SERVIÇOS E CONVÊNIOS A EXECUTAR E GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

Refere-se a valores de convênios e contratos que a Fundação administra. Os valores relativos aos convênios conjugam exatamente com os valores constantes no Ativo, na conta Aplicação Financeira de Convênios. Esses valores são aplicados em fundos de investimentos e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, em contas do Passivo.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Contratos	15.546.184	16.763.385
Convênios	175.241.905	85.508.412
Total de Convênios e Contratos	190.788.089	102.271.797

A Administração da Fundação, apesar de entender que a Funarbe está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado, conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Convênios e Contratos	-	-
Receita com execução	97.811.670	81.213.196
Custo com execução	(97.811.670)	(81.213.196)
Total	-	-

23. GLOSAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Fundação toma conhecimento das possíveis glosas após o recebimento dos ofícios de diligências. Esses ofícios são emitidos pelas financiadoras após a análise da prestação de contas técnico-financeira.

As glosas podem ocorrer devido a mudança de legislação ou no entendimento de procedimentos da financiadora, referente ao período de execução do projeto.

O valor da Provisão de Glosas de Prestação de Contas é controlado no Passivo Circulante, conforme tratamento dado pelos órgãos fiscalizadores.

Glosas de Prestação de Contas	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	572.580	1.045.141
Total:	572.580	1.045.141



24. APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a manutenção da provisão de Desenvolvimento Acadêmico, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, destinando o recurso a projetos de interesse da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O recurso será, ao longo do ano de 2022, transferido aos projetos de pesquisas de interesse da comunidade universitária, receitando os critérios estabelecidos pela UFV e Funarbe.

Em anos anteriores a provisão era mantida como fundo de reserva dentro do patrimônio líquido. Contudo, por recomendação da Direção e do Conselho Fiscal, o saldo passou a ser constituído no passivo circulante.

25. PROVISÕES PARA PROJETOS DE PESQUISAS

Em 2021, a administração da Fundação promoveu adaptações em acordos vigentes com financiadoras de pesquisas e nas regras relativas a registros de funcionários de convênios (projetos de pesquisa) que refletiram na adição de duas novas provisões, ambas com a finalidade resguardar a instituição quanto a eventualidades envolvendo descompassos nos fluxos de caixas de projetos de pesquisas.

Nos casos em questão a Fundação identificou a possibilidade de ter que arcar com despesas não assumidas por projetos de pesquisa e, por esse motivo, entende a necessidade de manter saldo suficiente para cobrir obrigações presentes oriundas de eventos passados.

26. PROVISÕES P/ ROMPIMENTO DE CONTRATO DE REPRESENTANTES

No que tange o encerramento da relação entre a Fundação e seus representantes, a Lei 4886/65, conhecida como Lei dos Representantes Comerciais, estabelece regras que, independentemente da parte que o propuser, a rescisão contratual poderá se dar sem justo motivo. Regra geral, se for da instituição contratante a iniciativa pela rescisão do contrato de cooperação comercial, haverá direito à indenização legal por parte do representante.

27. COMISSÕES A REPRESENTANTES

Na Fundação, entende-se por representação comercial a relação por meio da qual uma pessoa física ou jurídica desempenha, sem relação de emprego e em caráter não eventual, a intermediação e o escoamento do excedente de produção do Laticínio Escola.

A remuneração do representante comercial se dá por meio do pagamento de comissões, que, conforme disposição legal, são calculadas com base em percentuais dispostos no contrato de representação, tendo como base de cálculo o valor das mercadorias cujo escoamento tenha sido intermediado pelo representante.

28. DEMAIS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO CIRCULANTE

Referem-se aos valores provisionados para fins de avaliação dos colaboradores, depósitos não identificados, livros e mercadorias da Grife UFV e outros credores.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Avaliações e Prêmios	423.760	111.083
Créditos a Identificar	744.557	175.471
Mercadorias em Consignação	17.935	15.132
Outras Contas a Pagar	124.915	109.237
Provisões Operacionais	455.959	67.209
Total:	1.767.126	478.131

29. CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte em processos nas esferas administrativas ou judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores, internos e externos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda.

29.1. Outros

A Fundação é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis.

Processos	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Possível	4.102.948	157.248	23.125.911	27.386.107
Total:	4.102.948	157.248	23.125.911	27.386.107

A Administração da Funarbe por intermédio de seus diretores, gerentes e supervisores acompanharam efetivamente levantamentos realizados por órgãos fiscalizadores. Durante as verificações, em atendimento às solicitações, foram apresentados documentos, obrigações acessórias e todos os esclarecimentos necessários.

Tendo em vista que os procedimentos se encontram em fase preliminar, a Fundação fica impossibilitada de prever com certo grau de segurança o desfecho do processo. No entendimento da Fundação, com respaldo do escritório jurídico contratado para acompanhar o caso, todas as informações e comprovações foram disponibilizadas aos órgãos.

A entidade segue trabalhando no fortalecimento de controles internos e implementando medidas para aprimorar seus procedimentos e estreitar o relacionamento entre conselhos, diretoria, órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No exercício de 2021, a Fundação teve um superávit de R\$ 10.124.255 já incorporado ao patrimônio social no exercício de 2021.

O patrimônio social corresponde a R\$ 88.951.122 (R\$ 79.400.008 em 2020). O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da Fundação. Integram o patrimônio líquido: patrimônio social, reservas, fundos e resultados acumulados.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação após a constituição das reservas são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados, seja qual for sua natureza, são distribuídos por se tratar de Fundação sem finalidade lucrativa.

30.2 Reserva para Investimentos

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 1.785.000 é atender a projetos de investimentos da Fundação, aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2021, à luz do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas do Programa de Investimentos em execução pela Fundação.

30.3 Reserva de Contingências

Com finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do superávit decorrente de perda julgada possível ou provável cujo valor pôde ser estimado pela Fundação.

O valor correspondia, em 2021, a R\$16.773.665 (dezesesseis milhões setecentos e setenta e três mil e seiscentos e sessenta e cinco reais), referente a parte da quantia julgada como possível pelos assessores e consultores jurídicos, não obstante, por sugestão dos Conselhos e da Direção, a Fundação decidiu por não manter, a partir de 2022, a quantia em conta de reserva, tendo seu saldo transferido (incorporado) integralmente ao Patrimônio Social.

30.4 Fundo de Desenvolvimento Acadêmico

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a criação de fundo de Desenvolvimento Acadêmico, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, destinando o recurso a projetos de interesse da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O fundo foi integralmente realizado em 2021. O saldo direcionado na sua totalidade a projetos de desenvolvimento de interesse da UFV.

30.5 Fundo para Imprevistos (Reserva de Emergência)

Constituído com o objetivo de custear acontecimentos não previstos e garantir a segurança em eventuais momentos de incertezas.

O saldo inicial teve como ponto de partida passivos decorrentes de provisões para a dispensa de colaboradores.

Sua constituição visa a proteção contra eventos inesperados de qualquer natureza e a manutenção da sustentabilidade financeira da entidade.

30.6 Superávit/Déficit do Exercício

São os resultados acumulados produzidos pela Entidade no desempenho da sua função de administrar projetos, administrar unidades escolares de produção e comercialização.

31. RECEITAS

A Entidade registra em contas específicas as suas receitas auferidas pela gestão de projetos, bem como pela produção e comercialização do excedente dos produtos das unidades Laticínio Escola e Supermercado Escola.

32. DEDUÇÕES E IMPOSTOS

Representa os descontos oferecidos, devoluções e abatimentos de impostos (ICMS) que incidem diretamente sobre o escoamento do excedente de produtos e mercadorias comercializados.

33. CUSTOS

São custos com matérias-primas, no Laticínio Escola, e pelo custo das mercadorias escoadas, no Supermercado Escola.

34. DESPESAS DE PESSOAL

A Fundação apresenta de forma segregada contas contábeis na qual se registra os gastos inerentes aos seus colaboradores e estagiários, que estão alocados nas três unidades.

Despesas de Pessoal	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações	6.909.686	5.392.633
Benefícios	1.567.807	2.055.119
Outras Remunerações	484.196	612.471
Encargos Sociais	2.539.855	2.454.779
Férias e Décimo Terceiro	1.924.939	2.309.627
Total:	13.426.484	12.824.629

35. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São registradas em contas contábeis específicas os gastos necessários para seu funcionamento. Os valores são indispensáveis para o gerenciamento, manutenção e administração da Entidade e das suas atividades de apoio à UFV, com o intuito de atender as finalidades dispostas no seu estatuto.

Despesas Administrativas	31.12.2021	31.12.2020
Conservação de Prédios e Móveis	656.352	519.432
Manutenção em Sistemas e Equipamentos	1.003.853	715.304
Administrativo	1.291.647	1.261.038
Outras despesas Administrativas	1.844.418	985.063
Total:	4.796.269	3.480.838

36. DESPESAS OPERACIONAIS

Neste grupo são registradas as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos resultantes de pagamentos em atraso e despesas bancárias inerentes à manutenção e gerenciamento das contas administradas pela Fundação.

37. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Registram-se as perdas operacionais e as provisões para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, bem como a divisão dos gastos inerentes aos núcleos de apoio às unidades da Fundação, nos quais utilizam os conceitos de Centro de Serviço Compartilhados (CSC) para otimizar os custos e melhorar o atendimento.

38. SUSTENTABILIDADE

Investimentos destinados a ações culturais, sociais e ambientais. Neste grupo são registrados os valores investidos em projetos desenvolvidos pela UFV, comunidade viçosense e ações internas da Fundação.

39. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

São registradas neste grupo as receitas decorrentes dos ressarcimentos das despesas operacionais, bonificações e descontos recebidos, aluguéis e venda de bens do imobilizado.

40. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Ocorre nesta conta o registro e a alocação sistemática do valor depreciável (e amortizável) de um ativo ao longo da sua vida útil. É redução do valor dos bens pelo seu desgaste ou perda de utilidade.

41. ALIENAÇÃO DO PERMANENTE

São perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado reconhecidas no resultado de sua competência, isto é, no período no qual o item foi baixado.



**42. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Decorrente da dedicação (em horas) dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções. O reconhecimento ocorre pelo valor justo da prestação dos serviços, tendo como base os valores praticados por esses profissionais no mercado.

O valor não foi efetivamente pago, tendo sua mensuração realizada apenas para registro contábil. O cálculo teve como base o tempo médio de dedicação dos conselheiros.

43. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras da Fundação. Sua apropriação ocorre levando-se em consideração o regime de competência.

44. GERENCIAMENTO DE RISCOS

44.1 Taxas de juros: Em razão da natureza das suas transações de caixa, a Fundação não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.

44.2 Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

44.3 Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

45. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Fundação possui as seguintes apólices de seguros vigentes:

45.1 Apólice de seguro de Vida em Grupo, Plano Funcionários, tipo de capital uniforme, contratado junto à Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A;

45.2 Apólice de seguro total da frota de veículos automotores, contratado junto à Gente Seguradora S/A;

45.3 Apólice de seguro predial (Unidade Supermercado Escola), contratado junto à Sompo Seguros Holdings;

45.4 Apólice de seguro predial (Unidade Administração de Projetos), contratado junto à Sompo Seguros Holdings;

45.5 Apólice de seguro predial (Unidade Laticínio Escola), contratado junto ao Bradesco Auto Cia de Seguros;

45.6 Apólice de seguro dos Dirigentes, contratado junto à AIG Seguros Brasil S/A.

Esta página é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0001-51, datado em 31 de dezembro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EFETIVOS**

Nédson Antônio Campos (Presidente)
Giovana Figueiredo Rossi
João Luiz Lani
Israel Teoldo da Costa
Roberto Max Protil

SUPLENTES

Daniel Camilo de Oliveira Duarte
Pablo Murta Baião Albino
Silvane Guimarães Silva Gomes
Tereza Angélica Bartolomeu
Guilherme Nacif de Faria

MEMBRO EXTERNO

Eveline Teixeira Caixeta

**MEMBRO REPRESENTANTE DO
CONSELHO TÉCNICO DA UFV**

Maria Catarina Megumi Kasuya

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Wender Fraga Miranda (Presidente)
Layon Carlos Cezar
Gabriel Teixeira Ervilha

SUPLENTES

Leandro Rivelli Teixeira Nogueira

Viçosa-MG, 31 de dezembro de 2021

Rodrigo Gava
Diretor-Presidente

Diretoria Executiva

Olinto Liparini Pereira
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciano Duque Ladeira
Contador - CRC-MG 91362/O

PROTOCOLO Nº 31864 - Registro nº 4675 - Av 103 Livro A105 - Folha 1/25 - Data 31/05/2022	
Cotação: Emol R\$ 369,57 - TFJ R\$ 126,03 - Recomepe R\$ 22,27 - Desp.: R\$ 0,00 - Valor Final R\$ 517,87 - ISS: R\$ 0,00 - Códigos 6101-0 (1), 6601-9 (1), 8101-8 (27)	
 Luciana de Fátima Abranches - Oficial	
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
Cartório Bandeira de Viçosa - MG	
SELO DE CONSULTA: EXY45424	
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6560.1329.8155.2738	
Quantidade de atos praticados: 29	
Ato(s) praticado(s) por: Luciana de Fátima Abranches - Oficial	
Emol.: R\$ 391,84 - TFJ: R\$ 126,03	
Valor Final: R\$ 517,87	
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

DECLARAÇÃO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Razão Social: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Ano de Referência: 2021

A Fundação Arthur Bernardes DECLARA para os devidos fins que as informações contidas neste documento foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprova a boa situação financeira da instituição.

Ativo Circulante = R\$ 260.753.713

Realizável a Longo Prazo = R\$ 1.446.306

Passivo Circulante = R\$ 203.917.811

Passivo Não Circulante = R\$ 0,00

Ativo Total = R\$ 292.868.933

1) Liquidez Geral

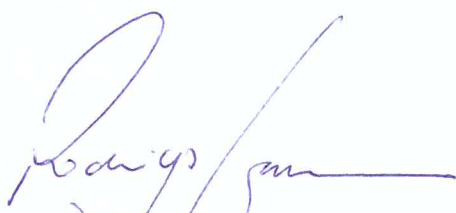
$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{260.753.713 + 1.446.306}{203.917.811 + 0,00} = 1,29$$

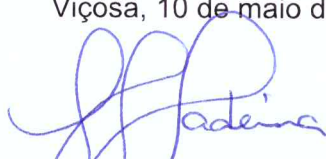
2) Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{292.868.933}{203.917.811 + 0,00} = 1,44$$

3) Liquidez Corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{260.753.713}{203.917.811} = 1,28$$


Rodrigo Gava
Diretor Presidente

Viçosa, 10 de maio de 2022.

Luciano Duque Ladeira
Contador CRC-MG 91362/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

**Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE
Viçosa – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Relatório de auditoria do exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer sem modificações datado de 17 de março de 2021.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela entidade. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 24 de fevereiro de 2022.

**FABIO EDUARDO
DE ALMEIDA**
BAUER:932191720
91

Assinado de forma digital
por FABIO EDUARDO DE
ALMEIDA
BAUER:93219172091
Dados: 2022.03.28 09:35:35
-03'00'

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRCMG 077699/O